

ISO 9001  
BUREAU VERITAS  
Certification

Nº PT 000 251



APAV®



Apoio à Vítima

# estatísticas APAV 2010\*

\*retificadas



# Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Trabalho desenvolvido pela APAV</b> .....	<b>4</b>
evolução processual (1990-2010).....	4
tipo de contacto .....	5
contacto realizado por .....	5
referenciação para a APAV .....	6
intervenção na crise .....	7
<b>Apoio prestado pela APAV</b> .....	<b>7</b>
apoio prestado pela APAV .....	7
apoio genérico/prático .....	8
apoio jurídico.....	9
apoio social.....	10
apoio psicológico .....	11
encaminhamento .....	12
<b>Caracterização da Vítima</b> .....	<b>13</b>
sexo .....	13
idade .....	13
estado civil .....	13
tipo de família .....	14
nível de ensino .....	14
actividade económica.....	15
principal meio de vida .....	15
nacionalidade .....	16
distrito de residência.....	17
relação da vítima com o autor/a do crime .....	18
<b>Caracterização da Autor/a do crime</b> .....	<b>19</b>
sexo .....	19
idade .....	19
estado civil .....	20
nível de ensino .....	20
actividade económica.....	21
principal meio de vida .....	22
nacionalidade .....	22

antecedentes criminais.....	23
<b>Caracterização da Vitimação .....</b>	<b>24</b>
tipo de vitimação .....	24
duração da vitimação .....	24
local do crime .....	25
existência de armas .....	26
recurso a arma na prática do crime.....	26
categorias de crime .....	27
<b>Queixa/Denúncia do crime.....</b>	<b>32</b>
queixa/denúncia .....	32
local da queixa/denúncia .....	32
situação processual .....	33
denúncia a outras entidades .....	34

**Siglas APAV:**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

GAV – Gabinete de Apoio à Vítima

UO – Unidade Orgânica

CA Alcipe – Casa Abrigo Alcipe

UAVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica

ñs/ñr – não sabe / não responde

**Outras siglas:**

PSP- Polícia de Segurança Pública

GNR- Guarda Nacional Republicana

PJ- Polícia Judiciária

CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

ACIDI -Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACT- Autoridade para as Condições de Trabalho

INML- Instituto Nacional de Medicina Legal

INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

MP - Serviços do Ministério Público

CNO- Centro de Novas Oportunidades

**\*Totais Nacionais 2010 rectificados em virtude de um erro informático na migração dos dados.**

## APAV|TOTAIS NACIONAIS|2010

### 1. Introdução

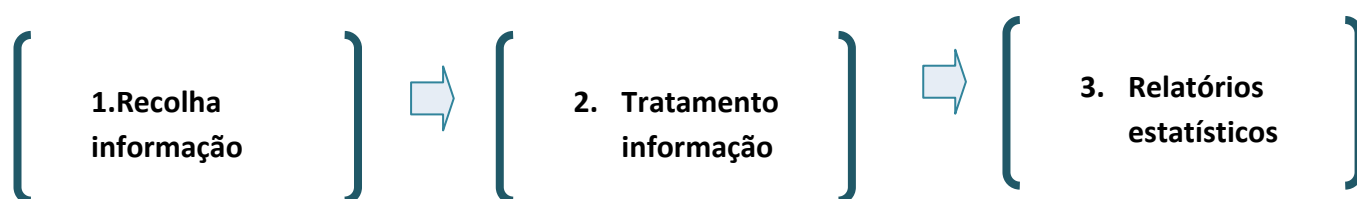
A trabalhar junto das comunidades há 20 anos, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem como MISSÃO apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Na sua VISÃO, a APAV acredita e trabalha para que em Portugal o estatuto da vítima de crime seja plenamente reconhecido, valorizado e efectivo.

A produção de dados/relatórios estatísticos constitui, portanto, um subproduto do trabalho que é desenvolvido pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) e de Unidades Orgânicas (UO) geograficamente distribuídas pelo território nacional.

As pessoas que contactam a APAV encontram-se, frequentemente, em situação de crise, derivada das diversas problemáticas e factos criminosos de que são vítimas. Dada a fragilidade emocional e o contexto de vida com que se vêem confrontadas, não é muitas vezes possível recolher junto destas todos os dados estatisticamente relevantes que seriam desejáveis.

Relativamente aos dados que se apresentarão, a metodologia utilizada passa pelas seguintes fases:



**1- recolha da informação processual** em cada uma das Unidades Orgânicas da APAV (Gabinetes de Apoio à Vítima; Casas Abrigo, Unidades/Unidades de Apoio à Vítima Imigrante), através da utilização de uma base de dados informática (em formato ACCESS), de acordo com as diversas áreas de estudo (dados do trabalho desenvolvido

pela APAV, dados de caracterização da vítima e do autor do crime, dados de caracterização da vitimação);

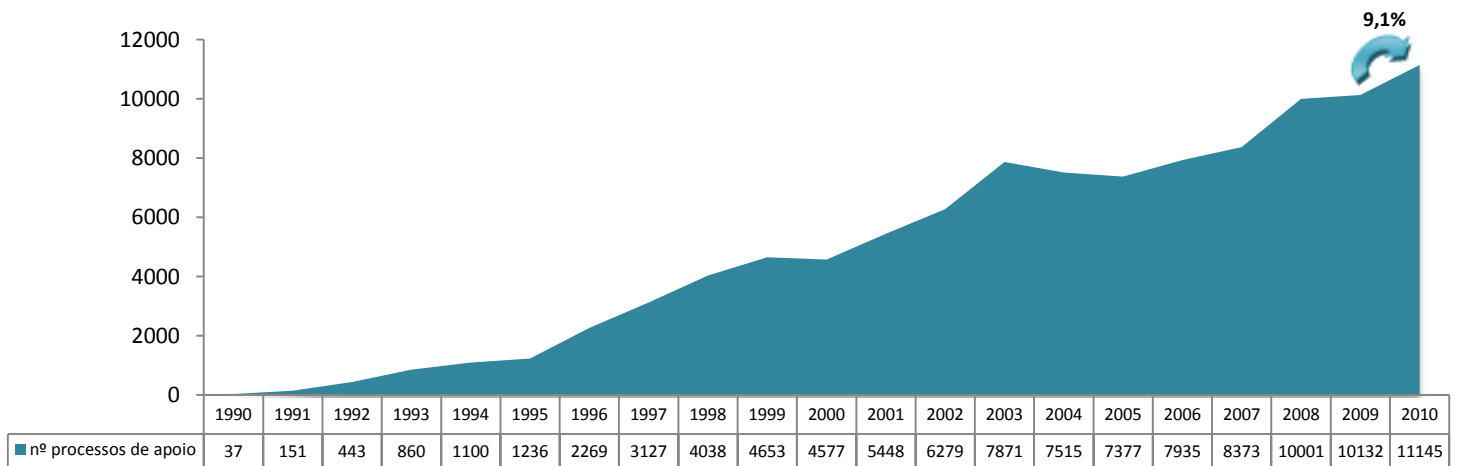
**2- tratamento da informação recolhida** (análise univariada e multivariada), tendo em conta diversas dimensões, nomeadamente o número total de processos em cada ano, o número de vítimas e autores de crime e o número de crimes registados em cada processo; devem ser considerados os valores de “não sabe” (ñs) / “não responde” (ñr) em todas as variáveis.

**3- produção dos relatórios estatísticos** (anuais e temáticos), através da obtenção de uma panorâmica geral do trabalho desenvolvido pela APAV (conjunto das Unidades Orgânicas que fazem atendimento às vítimas de crime), bem como uma visão do trabalho desenvolvido em cada uma destas Unidades, individualmente e a nível distrital. Das estatísticas temáticas são exemplo as de Pessoas Idosas Vítimas de Crimes, as de Crimes Patrimoniais, as de Violência Doméstica: filhos que agredem os pais, entre outras.

.

## 2. Trabalho desenvolvido pela APAV

figura 1- evolução processual (1990-2010)



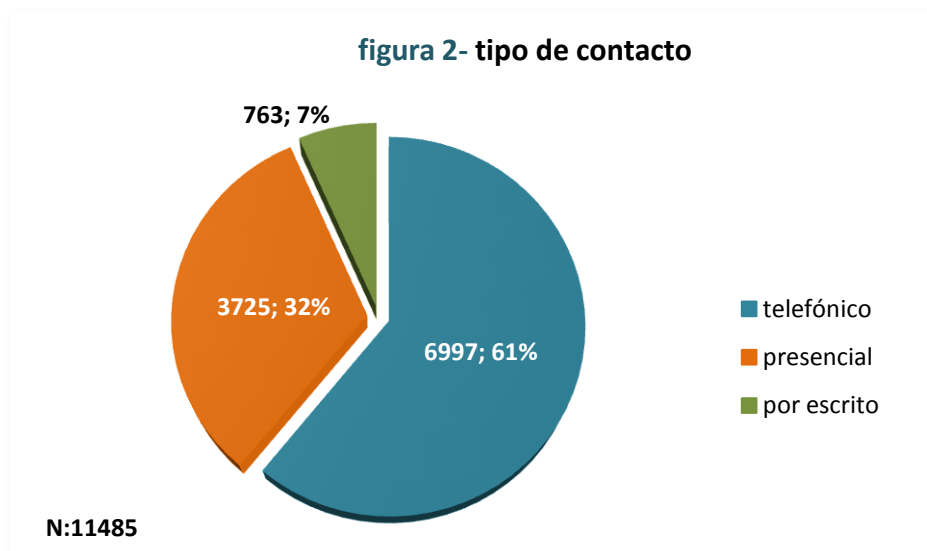
N:10 4567

A figura 1 é representativa da evolução do número de processos de apoio assinalados pela APAV nos últimos 20 anos no apoio a vítimas de crime, seus familiares e amigos. De 2009 para 2010 a APAV registou um aumento de 1013 processos de apoio, o que, em termos percentuais, significa um incremento de 9,1%.

No decurso de 2010 a APAV registou um total de 11 145 processos de apoio, dos quais 6 932 constituíram situações de existência de uma qualquer problemática de crime. Estes processos de apoio efectivaram-se em 13 864 atendimentos e em cerca de 22 290 pessoas apoiadas.



A funcionar numa rede de 15 Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV), duas Casas Abrigo, uma Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e um Projecto também na área da Imigração, as Unidades Orgânicas (UO) da APAV estendem-se a todo o país.



Em cerca de **61%** das situações o tipo de contacto efectuado pelos utentes realiza-se via **telefone**, seguindo-se o contacto presencial com 32% dos casos.

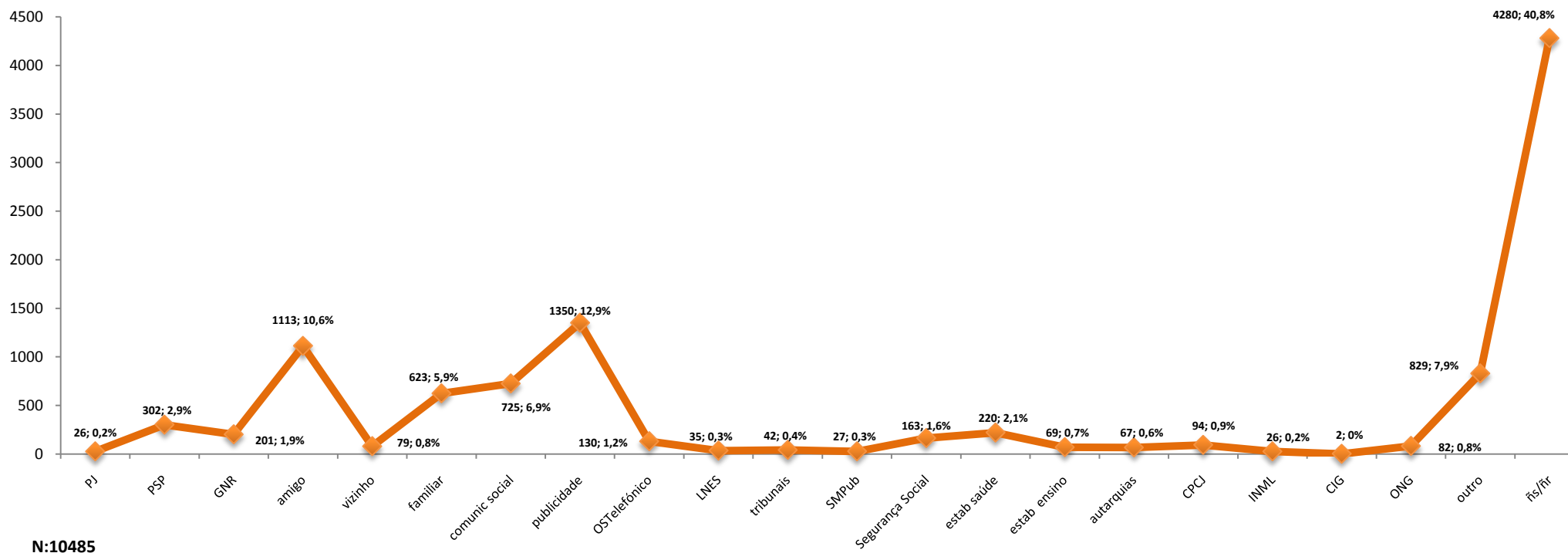
**figura 3- contacto realizado por**

	N	%
<b>próprio</b>	<b>7124</b>	<b>63,7</b>
<b>familiar</b>	<b>1830</b>	<b>16,4</b>
amigo	1063	9,5
instituição	451	4
empresa	19	0,2
outro	604	5,4
ñs/ñr	89	0,8
<b>Total</b>	<b>11180</b>	<b>100</b>

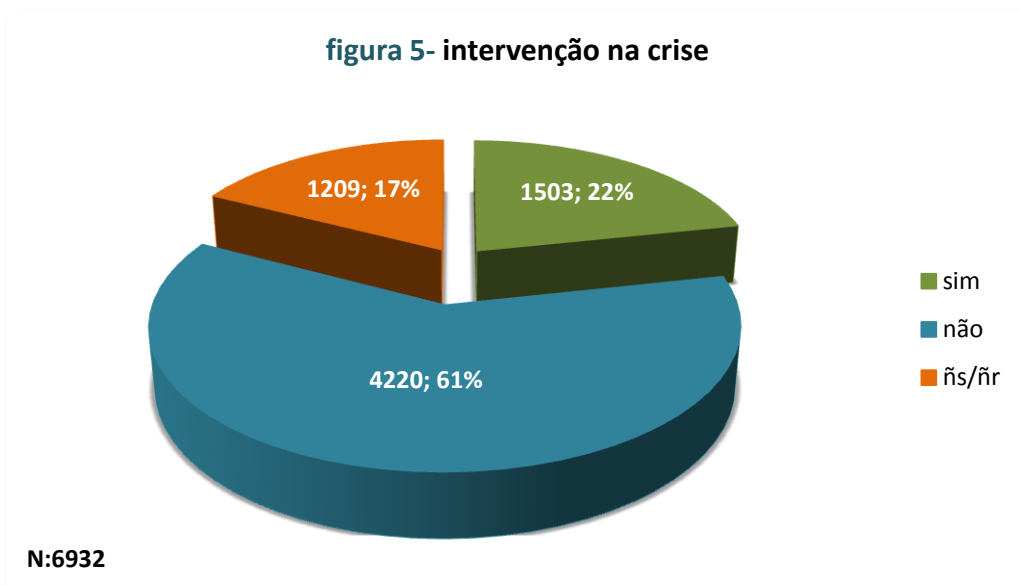
Estes contactos são efectuados pelo/a **próprio/a utente** em **64,3%** das situações. No entanto não é de descurar os contactos efectuados por familiares (16,4%) e por amigos/conhecidos (9,5%).



figura 4- referenciação para APAV

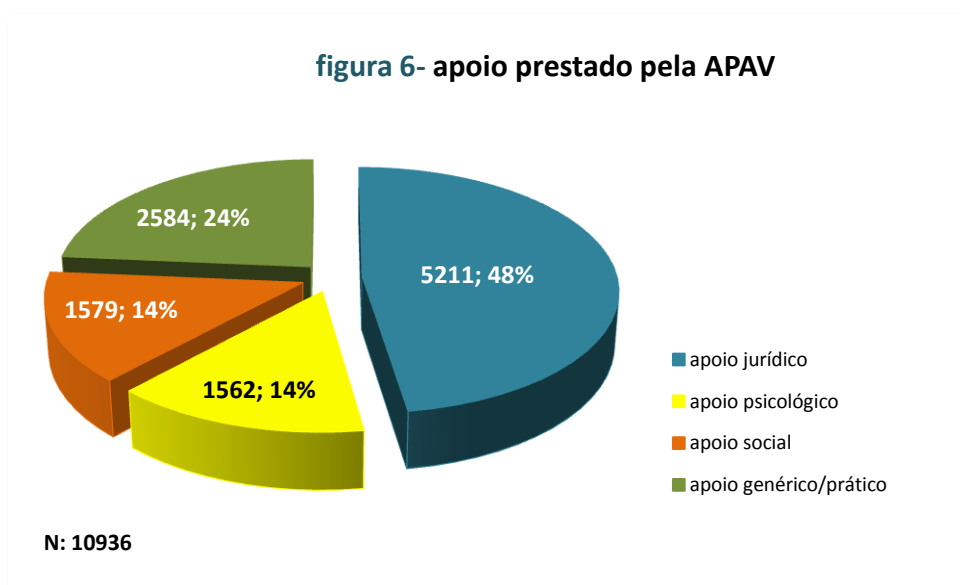


As principais fontes de referenciação dos/as utentes para a APAV no ano de 2010 foram a **publicidade (12,9%)**, os **amigos/conhecidos (10,6%)**, a **comunicação social (7%)** e os **familiares (5,9%)** dos utentes que procuram os serviços da Associação.



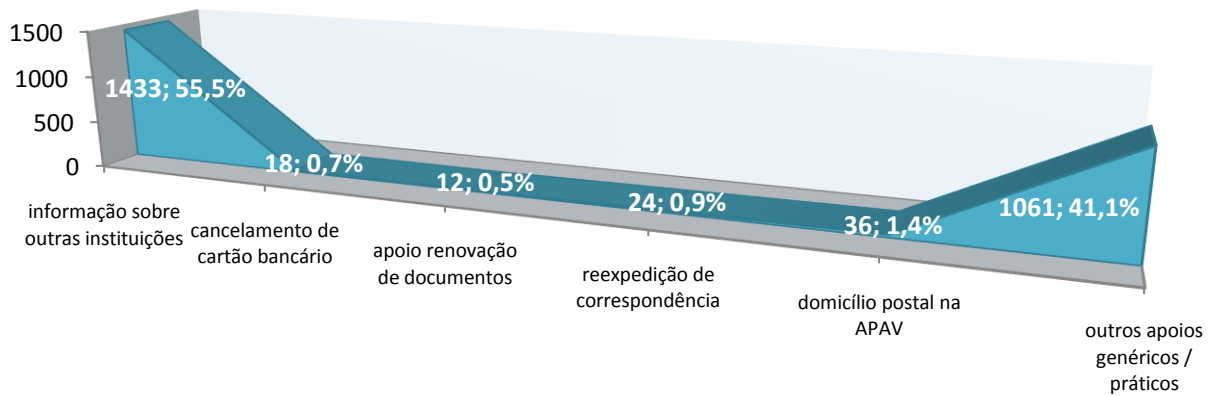
Entende-se por **intervenção na crise** um processo de apoio pontual e imediato, a fim de contribuir para a redução do stress emocional excessivo do utente. A este nível, a APAV interveio em cerca de **22%** das situações sinalizadas, não sendo contudo necessária este tipo de intervenção em mais de 61% das processos iniciados em 2010.

### 3. Apoio Prestado pela APAV



Já no que diz respeito ao tipo de apoio prestado pela APAV, o **apoio especializado na área jurídica** esteve próximo da faixa dos 50%, mais precisamente com um registo de **48%** em 2010, seguindo-se o **apoio prático (24%)** (esclarecimento de dúvidas, encaminhamentos). O **apoio social** e o **apoio psicológico** apreem ambos com **14%**.

figura 7- apoio genérico/prático



N:2584

No que diz respeito ao apoio prático, a maior percentagem cabe a informação sobre outras instituições de apoio (**55,5%**).

figura 8- apoio jurídico

	N	%
<b>prestação informação jurídica</b>	<b>4023</b>	<b>77,2</b>
apoio apresentação de queixa	111	2,1
<b>requerimento protecção jurídica</b>	<b>244</b>	<b>4,7</b>
pedido de indemnização	7	0,1
pedido de adiantamento a vítimas de VD	17	0,3
proposta ao MP aplicação/alteração medida coacção	43	0,8
pedido reembolso de despesas	1	---
pedido constituição assistente	15	0,3
pedido indemnização cível	6	0,1
requerimento de divórcio	36	0,7
pedido regulação /alteração responsa parentais	64	1,2
informação ao processo crime	144	2,8
informação ao processo penal	17	0,3
informação ao processo RRP <sup>[1]</sup>	79	1,5
informação ao processo divórcio	147	2,8
<b>outros de natureza jurídica</b>	<b>257</b>	<b>4,9</b>
<b>Total</b>	<b>5211</b>	<b>100</b>

O apoio especializado na área jurídica traduziu-se, em **77,2%** das situações, na **prestação de informação jurídica** e no auxílio ao **preenchimento do requerimento de protecção jurídica** (apoio judiciário) da Segurança Social (**4,7%**).

<sup>1</sup> RRP- Regulação das Responsabilidades Parentais

figura 9- apoio social

	N	%
alojamento articulação c/ serviços habitação social	45	2,8
<b>alojamento articulação c/ acção social local</b>	<b>151</b>	<b>9,6</b>
<b>alojamento articulação outras entidades</b>	<b>176</b>	<b>11,1</b>
alojamento-articulação c/ LNES	44	2,8
alojamento articulação c/ casa abrigo	128	8,1
alojamento- pagamento residencial	9	0,6
alimentação- articulação c/ outras entidades	20	1,3
alimentação- fornecimento de alimentos	12	0,8
alimentação- apoio pecuniário directo	20	1,3
saúde articulação c/ outras entidades	66	4,2
saúde- apoio pecuniário directo	8	0,5
formação/educação- transferência estabelecimento de ensino	2	0,1
formação/educação- articulação c/ Centros de Novas Oportunidades	1	0,1
emprego- apoio na mobilidade geográfica	3	0,2
transporte- articulação c/ outras entidades	12	0,8
transporte- apoio pecuniário directo	9	0,6
<b>informação sobre outros apoios sociais directos</b>	<b>511</b>	<b>32,4</b>
apoio preenchimento requisição de subsídio	23	1,5
outros apoios- articulação c/ outras entidades	114	7,2
<b>outras diligências</b>	<b>225</b>	<b>14,2</b>
<b>Total</b>	<b>1579</b>	<b>100</b>

No que se refere ao apoio social, a **informação sobre outros apoios sociais directos** foi aquela que teve maior destaque em 2010 (**32,4%**), seguindo-se o apoio ao **alojamento através de articulação com outras entidades (11,1%)** e com a **acção social local (9,6%)**.

figura 10- necessidade de acolhimento

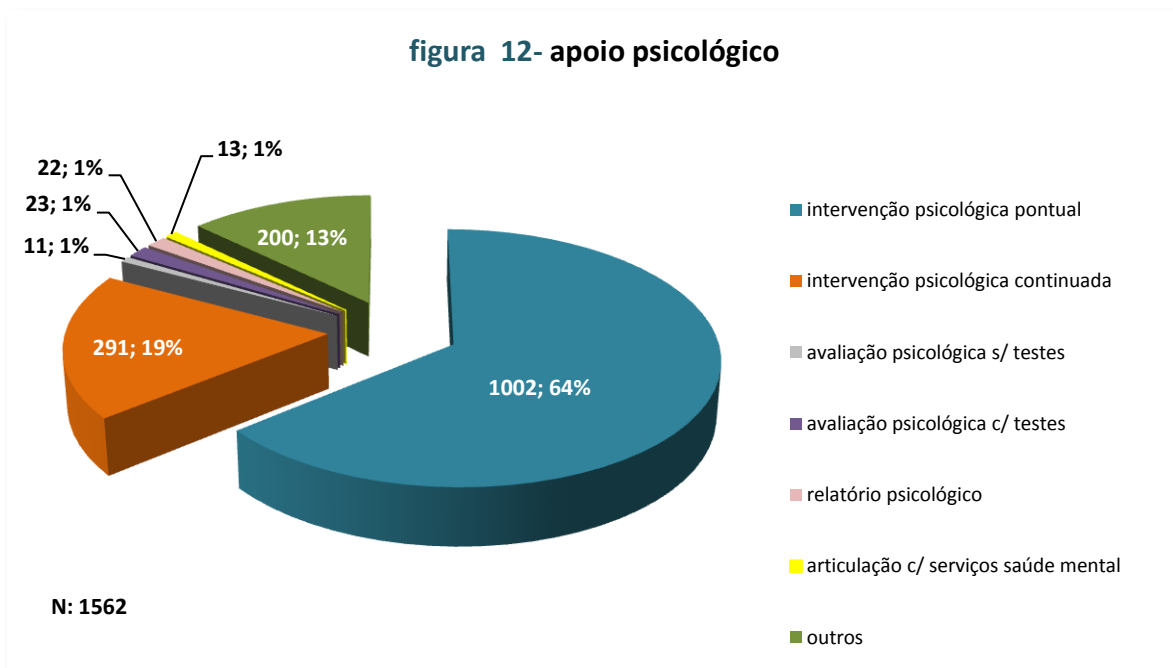
	N	%
<b>não</b>	<b>3085</b>	<b>81,6</b>
sim	383	10,1
acolhimento emergência	107	2,8
<b>acolhimento programado</b>	<b>206</b>	<b>5,4</b>
<b>Total</b>	<b>3781</b>	<b>100</b>

figura 11- visita ao domicílio

	N	%
sim	64	1,8
<b>não</b>	<b>3529</b>	<b>98,2</b>
<b>Total</b>	<b>3593</b>	<b>100</b>

Em **81,6%** das situações atendidas pela APAV em 2010 **não houve necessidade de acolhimento**, e em **98,2%** das mesmas **não houve também necessidade de efectuar visitas ao domicílio**.

figura 12- apoio psicológico



No apoio especializado psicológico, em mais de 50% das situações, houve **intervenção psicológica pontual (64%)**. A **intervenção psicológica continuada** verificou-se em **19%** dos casos.

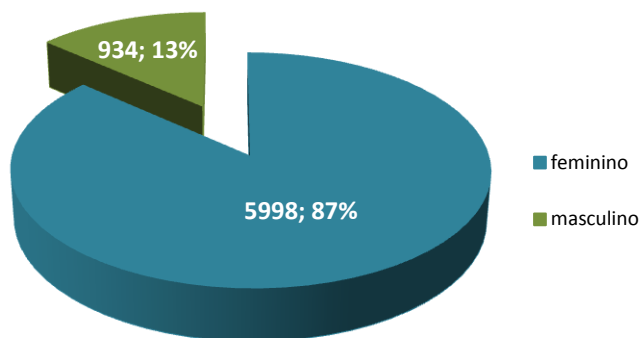
figura 13- encaminhamento

	N	%
<b>GAV</b>	<b>1932</b>	<b>33,6</b>
UAVIDRE	34	0,6
UAMVD	1	---
<b>Segurança Social (SS)</b>	<b>758</b>	<b>13,2</b>
<b>Polícia Segurança Pública (PSP)</b>	<b>666</b>	<b>11,6</b>
Guarda Nacional Republicana (GNR)	456	7,9
Polícia Judiciária (PJ)	67	1,2
Santa Casa da Misericórdia (SCM)	64	1,1
tribunais	201	3,5
Serviços Ministério Público (SMP)	330	5,7
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	12	0,2
Comissão de Protecção Víctimas de Crime (CPVC)	23	0,4
inspecções gerais	3	0,1
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)	13	0,2
Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)	22	0,4
Comissão Protecção Crianças e Jovens (CPCJ)	305	5,3
Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)	22	0,4
Linha Nacional Emergência Social (LNES)	83	1,4
Instituto Nacional de Medicina Legal (INML)	26	0,5
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	15	0,3
serviços de mediação penal	2	---
outros serviços de mediação pública	6	0,1
Câmaras Municipais	73	1,3
escolas	17	0,3
Juntas de Freguesia	72	1,3
outros	539	9,4
<b>Total</b>	<b>5742</b>	<b>100</b>

Relativamente aos encaminhamentos sugeridos pela APAV aos seus utentes, o **encaminhamento para outro GAV** da rede nacional foi o mais premente (**33,6%**), seguido do encaminhamento para a **Segurança Social (13,2%)** e para a **PSP (11,6%)**.

#### 4. Caracterização da Vítima

figura 14 - sexo da vítima



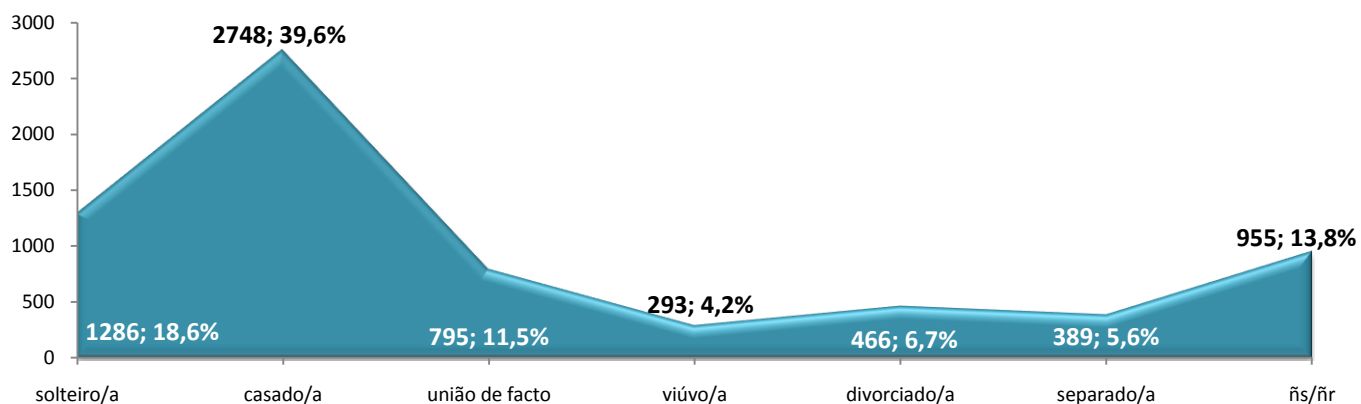
N:6932

figura 15- idade da vítima

	N	%
0-3anos	60	0,9
4-5anos	55	0,8
6-10anos	147	2,1
11-17anos	318	4,6
18-25anos	434	6,3
<b>26-35anos</b>	<b>802</b>	<b>11,6</b>
<b>36-45anos</b>	<b>1003</b>	<b>14,5</b>
46-55anos	693	10
56-64anos	373	5,4
65+	610	8,8
<b>ñs/ñr</b>	<b>2437</b>	<b>35,2</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Tendo em conta as 6932 vítimas de crime assinaladas pela APAV em 2010, é possível observar que a tendência de anos anteriores se mantém, dado que cerca de **87%** das mesmas eram do **sexo feminino** e situavam-se, em termos de **faixa etária, entre os 26 e os 45 anos de idade (26,1%)**.

figura 16- estado civil da vítima



N: 6932



Em termos familiares, o estado **civil casado (39,6%)** e o tipo de **família nuclear com filhos** apresentavam-se com uma percentagem bastante elevada (**50,2%**) face às restantes opções, aproximando-se dos 50%, em qualquer uma das variáveis analisadas.

**figura 17- tipo de família da vítima**

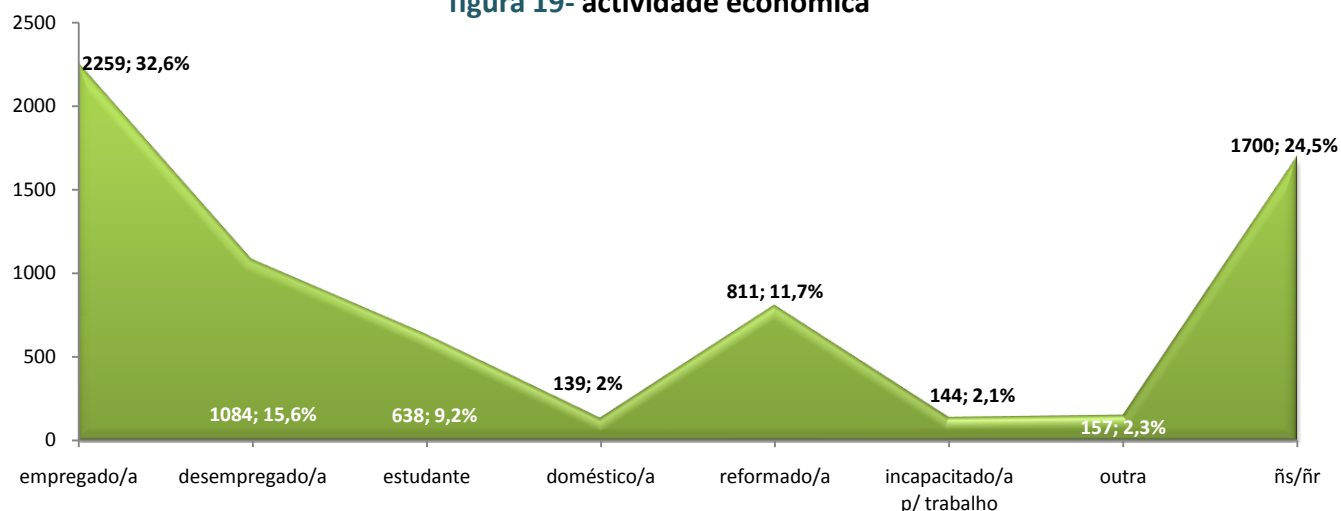
	<b>N</b>	<b>%</b>
indivíduo isolado/a	501	7,2
monoparental	764	11
nuclear s/ filhos	395	5,7
<b>nuclear c/ filhos</b>	<b>3478</b>	<b>50,2</b>
reconstruída	218	3,1
alargada	244	3,5
outro	105	1,5
<b>ñs/ñr</b>	<b>1227</b>	<b>17,7</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Em termos escolares, o grau de ensino das vítimas que procuraram a APAV em 2010 distribui-se de forma bastante equitativa. Porém, o nível de **ensino superior** apresentava valores ligeiramente acima dos restantes, com cerca de **6,6%** do total de casos registados.

**figura 18- nível de ensino da vítima**

	<b>N</b>	<b>%</b>
sabe ler e/ou escrever	35	0,5
ñs ler e/ou escrever	60	0,9
<b>ñs/ñr</b>	<b>9</b>	<b>0,1</b>
pré-escolar	94	1,4
1ºciclo	307	4,4
2ºciclo	226	3,3
3ºciclo	350	5
ensino secundário	282	4,1
curso especialização tecnológica	79	1,1
<b>ensino superior</b>	<b>455</b>	<b>6,6</b>
<b>ñs/ñr</b>	<b>5035</b>	<b>72,6</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

figura 19- actividade económica

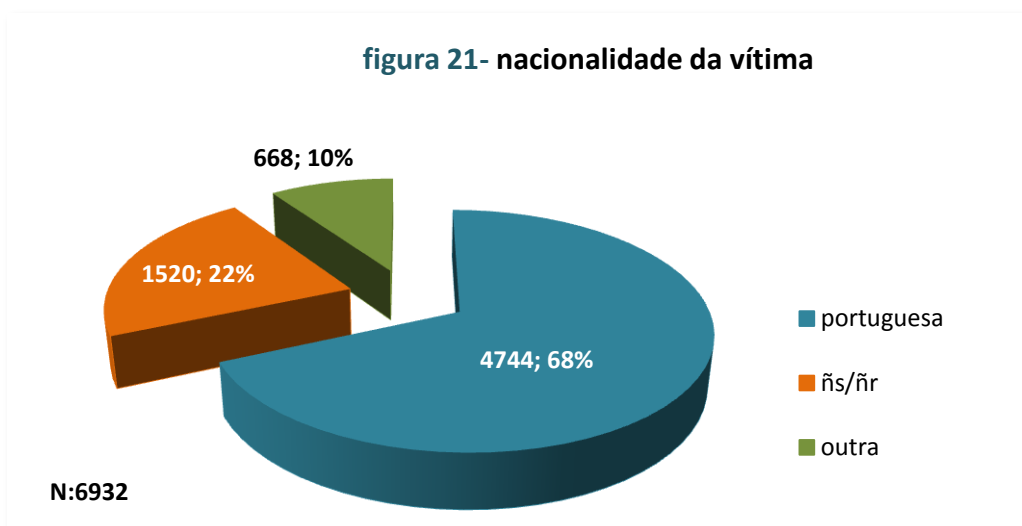


N: 6932

Genericamente, os/as utentes que recorrem à APAV encontram-se profissionalmente numa situação estável, uma vez que cerca de **33%** dos mesmos se encontram **empregados/as** e têm como principal meio de vida o rendimento do **trabalho por conta de outrem (25,2%)**.

figura 20- principal meio de vida da vítima

	N	%
<b>trabalho conta outrem</b>	<b>1749</b>	<b>25,2</b>
trabalho independente da empresa/negócio	105	1,5
rendimento propriedades/bens	8	---
subsídio desemprego	212	3,1
subsídio acidente/doença	57	1
rendimento social inserção (RSI)	182	2,6
outro apoio social	36	0,5
a cargo cônjuge/companheiro/a	284	4,1
a cargo da família	805	11,6
pensão/reforma	796	11,5
outro	127	1,8
<b>ñs/ñr</b>	<b>2413</b>	<b>34,8</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>



A **nacionalidade portuguesa** é a que predomina nos/as utentes que recorreram à APAV (**68%**).

Relativamente ao continente de origem dos utentes, e em linha com o que acontece na nacionalidade, **70,9%** são do **continente europeu**, seguindo-se o **continente americano (4,4%)**.

**figura 22- continente de origem da vítima**

	N	%
África	135	1,9
América	302	4,4
Ásia	27	0,4
<b>Europa</b>	<b>4912</b>	<b>70,9</b>
Oceânia	2	---
ñs/ñr	1554	22,4
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

figura 23- distrito de residência da vítima

	N	%
Aveiro	130	1,9
Beja	19	0,3
Braga	314	4,5
Bragança	37	0,5
Castelo Branco	27	0,4
Coimbra	222	3,2
Évora	33	0,5
<b>Faro</b>	<b>472</b>	<b>6,8</b>
Guarda	33	0,5
Leiria	81	1,2
<b>Lisboa</b>	<b>1235</b>	<b>17,8</b>
Portalegre	15	0,2
<b>Porto</b>	<b>594</b>	<b>8,6</b>
RA Madeira	28	0,4
RA Açores	127	1,8
Santarém	251	3,6
Setúbal	343	4,9
Viana do Castelo	35	0,5
Vila Real	263	3,8
Viseu	56	0,8
<b>ñs/ñr</b>	<b>2617</b>	<b>37,8</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

De acordo com a distribuição geográfica da rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima e Unidades Orgânicas da APAV, os **distritos de residência das vítimas** mais citados são os distritos de **Lisboa (17,8%)**, **Porto (8,6%)**, e **Faro (6,8%)**.

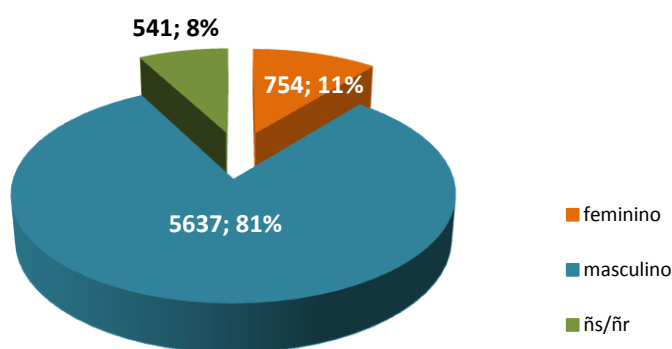
figura 24- relação da vítima com o autor do crime

	N	%
nenhuma	170	2,5
conhecido/a	114	1,6
<b>cônjuge</b>	<b>2448</b>	<b>35,3</b>
<b>companheiro/a</b>	<b>917</b>	<b>13,2</b>
ex-cônjuge	356	5,1
ex-companheiro/a	386	5,6
namorado/a	105	1,5
ex-namorado/a	156	2,3
a vítima é pai/mãe	497	7,2
a vítima é padrasto/madrasta	21	---
a vítima é filho/a	615	8,9
a vítima é irmão/irmã	110	1,6
a vítima é avô/avó	26	---
a vítima é neto/neta	12	---
outro familiar	80	1,2
colega escola	33	0,5
vizinho/a	104	1,5
amigo/a	14	0,2
ñ determinada	375	5,4
outra	393	5,7
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Observando a figura 24 é possível afirmar que as relações familiares entre autor/a do crime e vítima são as situações mais comuns. Em termos relacionais, só entre cônjuge/companheiro assinalaram-se **48,5%** dos registos.

## 5. Caracterização Autor/a Crime

figura 25- sexo do/a autor/a do crime



N:6932

figura 26- idade do/a autor/a do crime

	N	%
0-10anos	14	---
11-17anos	48	0,7
18-25anos	176	2,5
<b>26-35anos</b>	<b>503</b>	<b>7,3</b>
<b>36-45anos</b>	<b>735</b>	<b>10,6</b>
46-55anos	575	8,3
56-64anos	248	3,6
65+	266	3,8
<b>ñs/ñr</b>	<b>4367</b>	<b>63</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

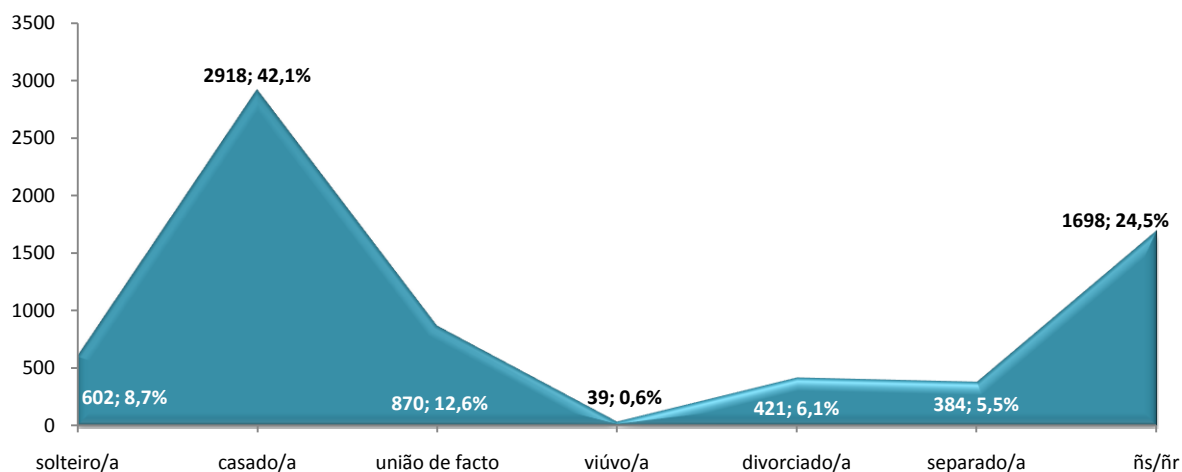
Fazendo o contraponto com os dados das vítimas, o **género masculino** prevalece no que diz respeito aos autores de crime, com **81%** das situações sinalizadas. Porém, relativamente à faixa etária, estes situam-se maioritariamente, entre os **26 e os 45 anos de idade (17,9%)**.

figura 27- tipo de autor/a

	N	%
<b>pessoa singular</b>	<b>6419</b>	<b>92,6</b>
pessoa colectiva	158	2,3
<b>ñs/ñr</b>	<b>355</b>	<b>5,1</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Relativamente ao tipo de autor, a grande maioria, **92,6%**, é uma **pessoa singular**.

figura 28- estado civil autor do crime



N:6932

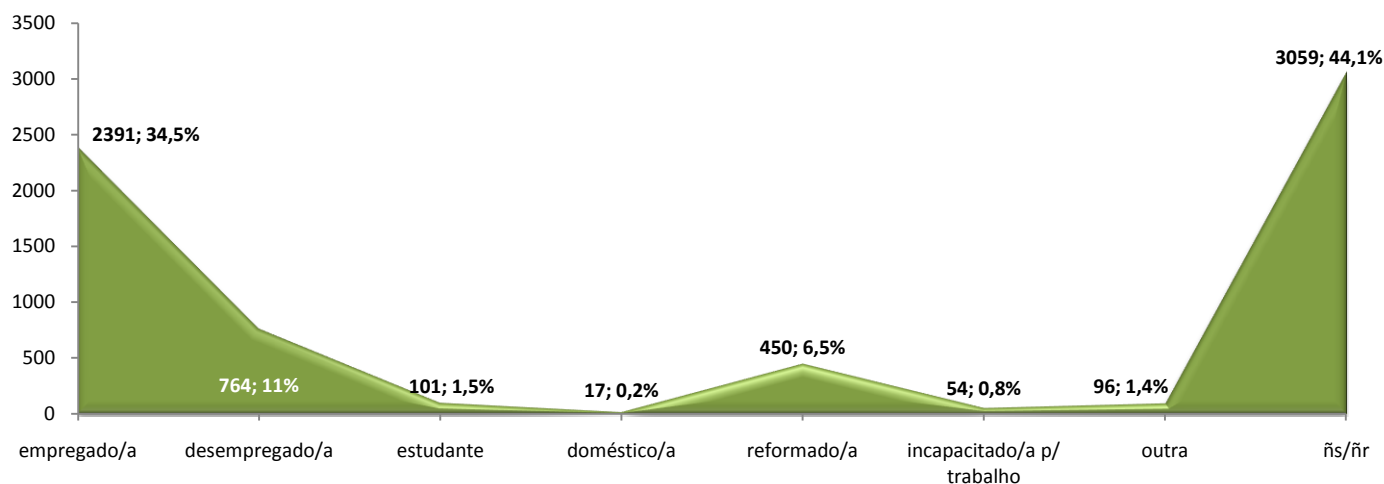
A percentagem de autores/as de crime **casados e/ou em união de facto** perfazem um total de **54,7%** dos casos sinalizados.

figura 29- nível de ensino do/a autor/a do crime

	N	%
sabe ler e/ou escrever	7	0,1
ñs ler e/ou escrever	12	0,2
ñs/ñr	3	---
pré-escolar	5	0,1
1ºciclo	179	2,6
2ºciclo	116	1,7
3ºciclo	130	1,9
ensino secundário	145	2,1
curso especialização tecnológica	36	0,5
<b>ensino superior</b>	<b>274</b>	<b>4</b>
<b>ñs/ñr</b>	<b>6025</b>	<b>86,9</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Tal como no caso das vítimas, o nível de ensino dos/as autores/as de crime também se distribui de forma transversal e relativamente equitativa entre o 1.º ciclo e o ensino superior. Porém, mais uma vez, o **nível de ensino superior** destaca-se face aos restantes **(4%)**.

figura 30 - actividade económica do autor/a do crime



N:6932

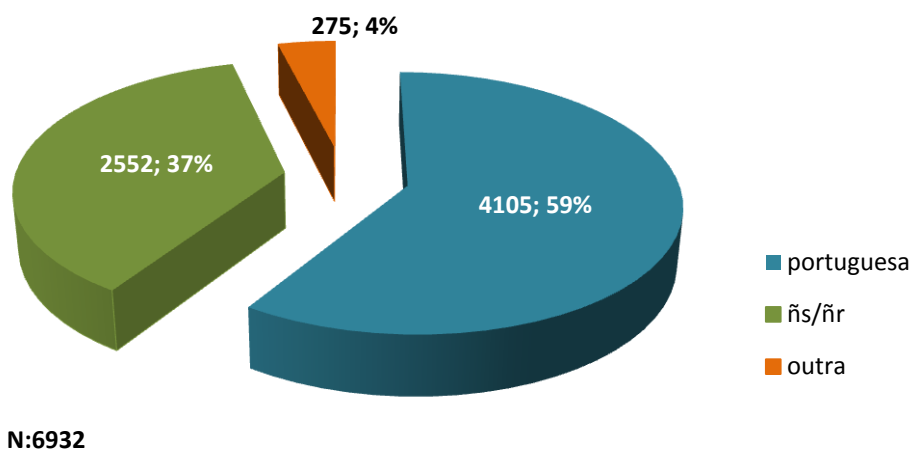
Em termos profissionais, cerca de **34,5%** dos/as autores/as de crime encontravam-se **empregados**, sendo o seu principal meio de vida o **trabalho por conta de outrem (21,8%)**, conforme se pode verificar na figura seguinte.



**figura 31- principal meio de vida do autor/a do crime**

	N	%
<b>trabalho conta outrem</b>	<b>1508</b>	<b>21,8</b>
trabalho independente	129	1,9
da empresa/negócio	339	4,9
rendimento propriedades/bens	13	---
subsídio desemprego	116	1,7
subsídio acidente/doença	27	---
rendimento social inserção (RSI)	76	1,1
outro apoio social	7	0,1
a cargo cônjuge/companheiro/a	85	1,2
a cargo da família	218	3,1
pensão/reforma	435	6,3
outro	73	1,1
<b>ñs/ñr</b>	<b>3906</b>	<b>56,3</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

**figura 32- nacionalidade autor crime**



No que diz respeito à origem dos/as autores/as do crime, o **continente europeu** (figura 33) prevalece com cerca de **60,5%**, pelo que, tal como acontece com a vítima, a maior percentagem cabe à **nacionalidade portuguesa (59%)**.

**figura 33- continente de origem do/a autor/a do crime**

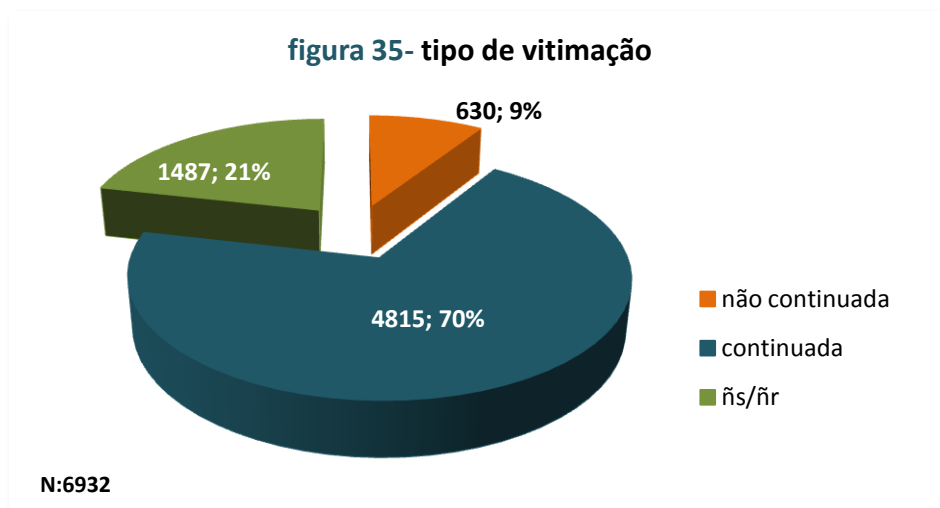
	N	%
África	81	1,2
América	72	1
Ásia	12	0,2
<b>Europa</b>	<b>4193</b>	<b>60,5</b>
<b>ñs/ñr</b>	<b>2574</b>	<b>37,1</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

**figura 34- antecedentes criminais do/a autor/a do crime**

	N	%
<b>s/ condenação anterior</b>	<b>1410</b>	<b>20,3</b>
c/ condenação anterior	293	4,2
arguido noutro processo-crime em curso	73	1,1
arguido noutro processo-crime arquivado	49	0,7
<b>ñs/ñr</b>	<b>5107</b>	<b>73,7</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Dos dados apurados, quanto aos/às autores/as do crime, não se verificam registos muito significativos quanto à existência de condenações anteriores (somente **4,2%**).

## 6. Caracterização da Vitimação



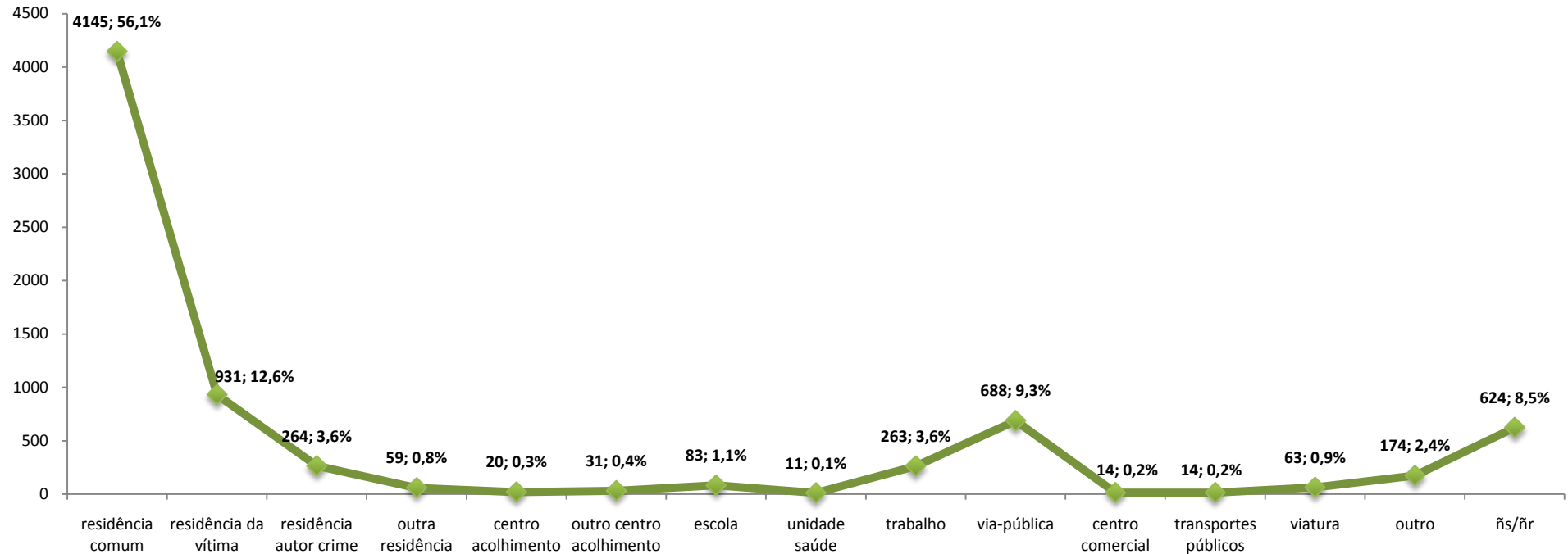
Relativamente ao tipo de vitimação, importa realçar que a **vitimação continuada** é uma característica em **70%** dos casos, sendo as situações pontuais (não continuadas) bastante residuais (9%). Entende-se por vitimação continuada a vitimação reiterada no tempo de um dado crime.

**figura 36- duração da vitimação**

	N	%
entre 1 e 6 meses	330	4,8
entre 7 meses e 1 ano	454	6,5
<b>entre 2 e 6 anos</b>	<b>806</b>	<b>11,6</b>
entre 7 e 12 anos	392	5,7
entre 13 e 20 anos	315	4,5
entre 21 e 30 anos	158	2,3
entre 31 e 40 anos	105	1,5
mais de 40 anos	36	0,5
<b>ñs/ñr</b>	<b>4336</b>	<b>62,6</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Espelhando o tipo de vitimação continuada, a duração da mesma é de vários anos. Durante o ano de 2010, a APAV assinalou que a maioria das situações se prolongava por **mais de 2 anos (26,1%)**.

figura 37 - local do crime



N:7384

Analisando os dados atrás apresentados, é importante conhecer toda a envolvimento das situações sinalizadas. Nesta medida, e tendo em conta o grau relacional entre vítima e autor/a do crime, o facto de o local do crime mais assinalado ser a **residência comum (56,1%)** não causa qualquer perplexidade.

figura 38- existência de armas

	N	%
sim	518	7,5
não	3324	48
ñs/ñr	3090	44,6
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

figura 39- armas legais

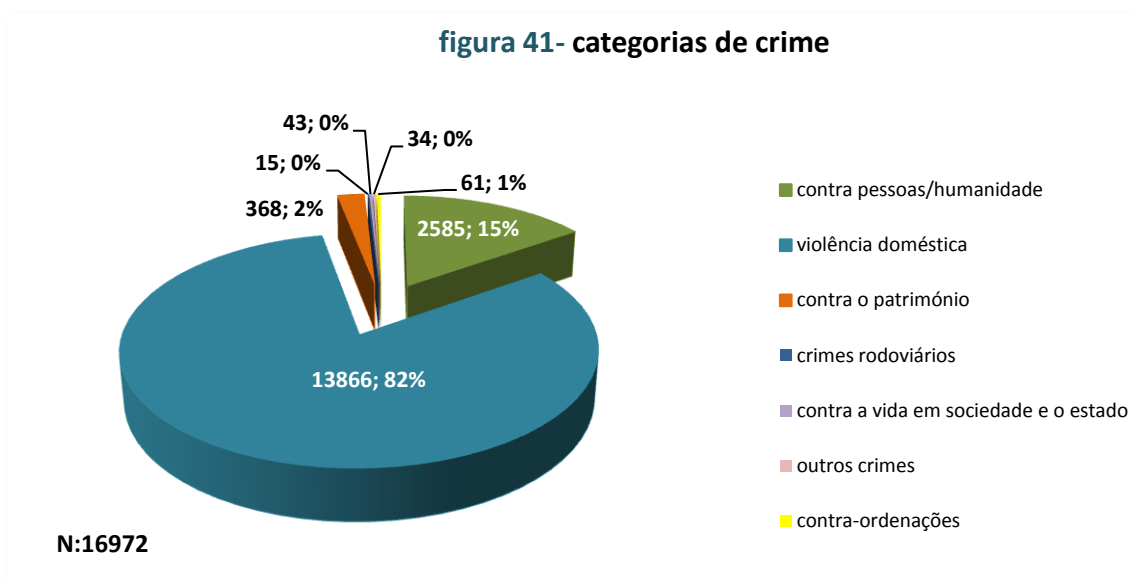
	N	%
<b>sim</b>	<b>167</b>	<b>2,4</b>
não	158	2,3
ñs/ñr	6607	95,3
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

No que se refere à existência de armas cuja posse exige registo, os valores são residuais (apenas 7,5%). Neste sentido, nas situações sinalizadas pela APAV em 2010, apenas **2,4%** dessas armas estavam ilegais e, **não houve recurso a arma na prática do crime (40,6%)**.

figura 40- recurso a arma na prática do crime

	N	%
sim-uso efectivo	101	1,5
sim-ameaça	323	4,7
<b>não</b>	<b>2817</b>	<b>40,6</b>
ñs/ñr	3691	53,2
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência Doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes.



O crime de **violência doméstica** foi sinalizado em **82%** das situações apresentadas pelos utentes da APAV em 2010. Das restantes categorias, a segunda mais relevante foi a dos **crimes contra as pessoas e a humanidade (15%)**. Nas figuras seguintes encontram-se discriminadas as várias tipologias de crime inseridas em cada uma das categorias.

figura 42- violência doméstica

	N	%
<b>sentido estrito</b>		
<b>maus tratos físicos</b>	<b>3916</b>	<b>30</b>
<b>maus tratos psicológicos</b>	<b>4804</b>	<b>36,8</b>
ameaça/coacção	2672	20,4
injúrias/difamação	1443	11
ofensas sexuais	237	1,8
<b>Total parcial</b>	<b>13072</b>	<b>100</b>
<b>sentido lato</b>		
homicídio tentado	27	3,4
homicídio consumado	1	0,1
<b>violação domicílio</b>	<b>134</b>	<b>16,9</b>
violação de correspondência	71	8,9
devassa vida privada	81	10,2
violência sexual	87	11
subtracção menor	25	3,1
violação obrigação alimentos	61	7,7
dano	84	10,6
furto/roubo	83	10,5
<b>outros</b>	<b>140</b>	<b>17,6</b>
<b>Total parcial</b>	<b>794</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>13866</b>	<b>100</b>

A APAV distingue o crime de Violência Doméstica em:

- **sentido estrito** (os actos criminais enquadráveis no art. 152º: maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coacção; injúrias; difamação e ofensas sexuais)
- **sentido lato** que inclui outros crimes em contacto doméstico [violação de domicílio ou perturbação da vida privada; devassa da vida privada (imagens; conversas telefónicas; emails; revelar segredos e factos privados; etc.; violação de correspondência ou de telecomunicações; violência sexual; subtracção de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio: tentado/consumado; dano; furto e roubo)] .

De acordo com a definição anterior, pode dizer-se que, no âmbito do crime de violência doméstica, os que obtiveram maior registo em 2010 foram os de **maus-tratos físicos (30%)** e os de **maus-tratos psicológicos (36,8%)**.

figura 43- crimes contra as pessoas e a humanidade

	N	%
<b>vida ou integridade física</b>		
homicídio tentado	32	3,1
homicídio consumado	14	1,4
<b>ofensas integridade física grave</b>	155	15
<b>ofensas integridade física simples</b>	<b>292</b>	<b>28,3</b>
outros ofensas integridade física	48	4,7
<b>maus-tratos</b>	<b>450</b>	<b>43,7</b>
negligência médica	16	1,6
intervenção médica s/ consentimento do paciente	3	0,3
outros	20	1,9
<b>Total parcial</b>	<b>1030</b>	<b>100</b>
<b>liberdade pessoal</b>		
<b>ameaça</b>	<b>637</b>	<b>66,2</b>
<b>coação</b>	<b>236</b>	<b>24,5</b>
sequestro	38	4
rapto	7	0,7
tráfico pessoas exploração sexual	11	1,1
tráfico pessoas exploração trabalho	6	0,6
outros contra liberdade pessoal	27	2,8
<b>Total parcial</b>	<b>962</b>	<b>100</b>
<b>crimes sexuais</b>		
<b>violação</b>	<b>90</b>	<b>34,2</b>
assédio sexual	50	19
lenocínio	9	3,4
importunação sexual	19	7,2
<b>abuso sexual crianças</b>	<b>68</b>	<b>25,9</b>
pornografia de menores	5	1,9
outros	22	8,4
<b>Total parcial</b>	<b>263</b>	<b>100</b>
<b>contra a honra/reserva vida privada</b>		
<b>difamação</b>	<b>183</b>	<b>32,1</b>
<b>injúrias</b>	<b>242</b>	<b>42,5</b>
violação de domicílio	81	14,2
violação correspondência	25	4,4
devassa vida privada	31	5,4
outros	8	1,4
<b>Total parcial</b>	<b>570</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>2825</b>	<b>100</b>



**figura 44- crimes contra o património**

	<b>N</b>	<b>%</b>
furto por carteirista	7	1,9
furto veículo	9	2,4
furto interior veículo	3	0,8
furto residência	16	4,3
outros furtos	30	8,2
<b>abuso de confiança</b>	<b>54</b>	<b>14,7</b>
roubo por esticção	7	1,9
roubo em residência	13	3,5
carjacking	5	1,4
outros roubos	13	3,5
<b>dano</b>	<b>50</b>	<b>13,6</b>
<b>burla</b>	<b>90</b>	<b>24,5</b>
extorsão	37	10,1
abuso cartão bancário	14	3,8
outros contra o património	20	5,4
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100</b>

**figura 45- crimes rodoviários**

	<b>N</b>	<b>%</b>
ofensa à integridade física	5	33,3
condução sem carta	2	13,3
<b>condução sob influência de álcool ou drogas</b>	<b>6</b>	<b>40</b>
outros	2	13,3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

**figura 46- crimes contra a vida em sociedade e o estado**

	N	%
<b>subtração de menor</b>	8	<b>18,6</b>
<b>violação obrigação alimentos</b>	8	<b>18,6</b>
falsificação documentos	6	14
incêndio	2	4,7
mendicidade	1	2,3
violação imposições, proibições ou interdições	3	7
outros	6	14
falso depoimento	1	2,3
denúncia caluniosa	2	4,7
favorecimento pessoal	1	2,3
prevaricação de advogado	1	2,3
<b>abuso de poder</b>	<b>4</b>	<b>9,3</b>
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

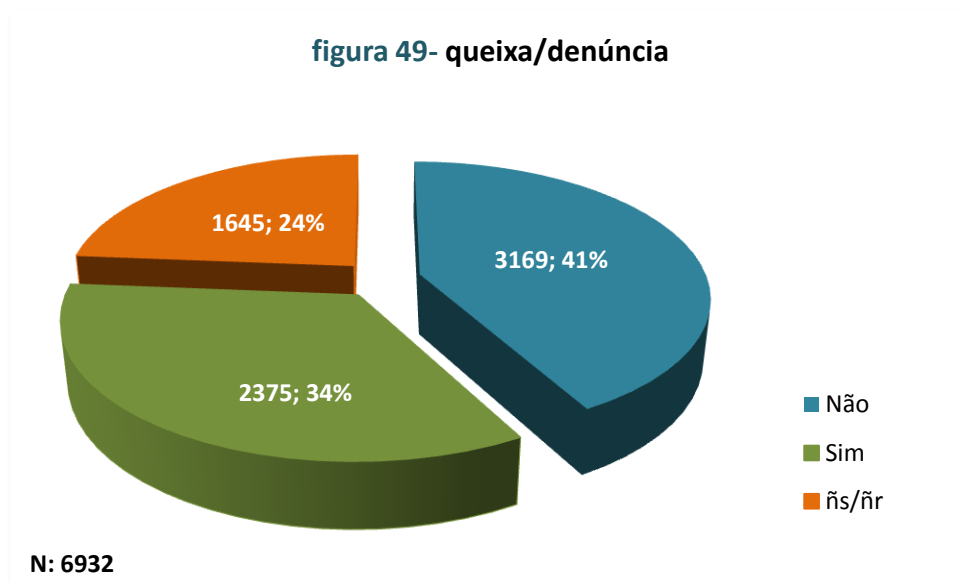
**figura 47- outros crimes**

	N	%
<b>discriminação racial</b>	<b>9</b>	<b>26,5</b>
escravidão	2	5,9
tráfico estupefacientes	3	8,8
<b>outros</b>	<b>20</b>	<b>58,8</b>
<b>Total parcial</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

**figura 48- contra-ordenações**

	N	%
<b>discriminação</b>	51	<b>83,6</b>
assédio sexual	10	16,4
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

## 7. Queixa/Denúncia do Crime



Dos **6932 processos** onde se registaram casos de vitimação, em **34%** (2375 situações) destes foi efectuada **queixa/denúncia** junto de uma das autoridades competentes aquando do primeiro contacto com a APAV. Tendo em atenção os locais de queixa/denúncia assinalados, cerca de **40,4%** das mesmas foram efectuados na **Polícia de Segurança Pública (PSP)**, seguindo-se a Guarda Nacional Republicana (GNR) com 25,5% das ocorrências.

**figura 50- local da queixa/denúncia**

	N	%
Polícia Judiciária (PJ)	67	2,8
<b>Polícia Segurança Pública (PSP)</b>	<b>960</b>	<b>40,4</b>
<b>Guarda Nacional Republicana (GNR)</b>	<b>605</b>	<b>25,5</b>
Serviços Ministério Público (SMP)	110	4,6
Instituto Nacional Medicina Legal (INML)	30	1,3
Serviço Estrangeiros Fronteiras (SEF)	5	0,2
outro	75	3,2
ãs/ãr	523	22
<b>Total</b>	<b>2375</b>	<b>100</b>

figura 51- situação processual

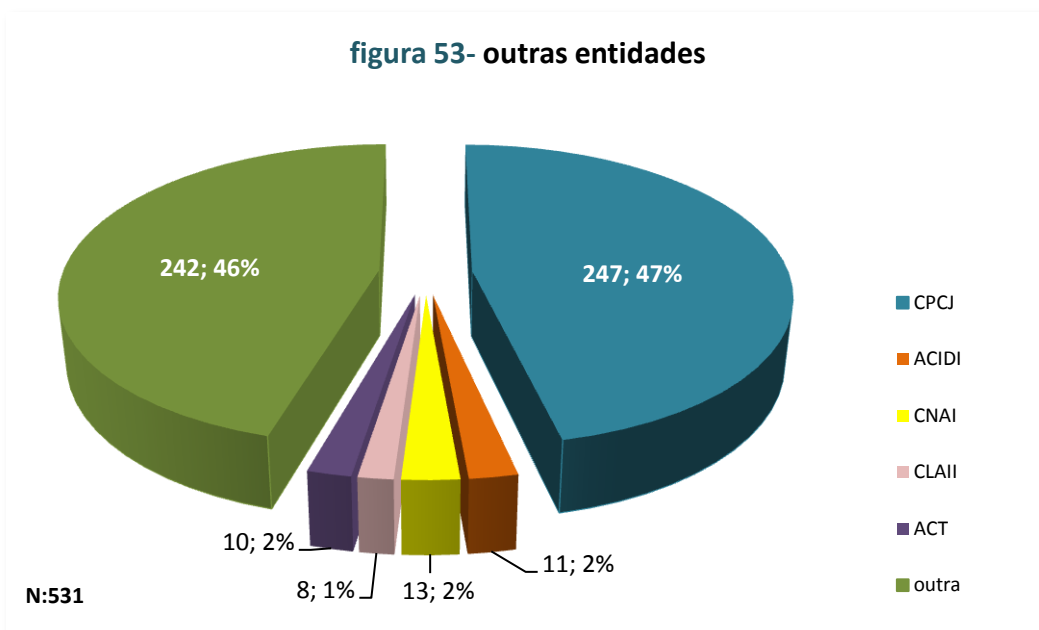
	N	%
<b>inquérito</b>	<b>1054</b>	<b>44,4</b>
suspensão provisória	35	1,5
despacho de acusação/pronúncia	40	1,7
recurso absolvição	2	0,1
absolvição	2	0,1
recurso condenação	1	---
condenação	52	2,2
desistência	201	8,5
<b>ñs/ñr</b>	<b>988</b>	<b>41,6</b>
<b>Total</b>	<b>2375</b>	<b>100</b>

Tendo como análise as **2375** situações objecto de queixa/denúncia junto das autoridades competentes aquando do primeiro contacto com a APAV, a situação processual destas queixas/denúncias pode-se situar em várias fases, nomeadamente em fase de inquérito, desistência, suspensão provisória, arquivamento, condenação ou absolvição. De entre estas as situações **em fase de inquérito foram** assinaladas em **44,4%** das situações.

figura 52- denúncia a outras entidades

	N	%
sim	531	7,7
<b>não</b>	<b>2942</b>	<b>42,4</b>
<b>ñs/ñr</b>	<b>3459</b>	<b>49,9</b>
<b>Total</b>	<b>6932</b>	<b>100</b>

Aquando o primeiro contacto com a APAV em 2010, apenas **7,7%** dos/as utentes havia reportado a situação a outras entidades.



Dos/as utentes que afirmaram ter reportado a sua situação a outras entidades, uma grande percentagem recorreu às comissões de protecção de crianças e jovens (CPCJ) (47%).

© APAV Março 2011

Sede: Rua José Estevão 135 A piso - 1, Lisboa 1150 - 201

Tel. 21 885 40 90 Fax 21 887 63 51  
apav.sede@apav.pt www.apav.pt

Instituição particular de solidariedade social - pessoa colectiva de utilidade pública

membro do Victim Support Europe  
membro do European Forum for Restorative Justice  
membro da World Society of Victimology

**É permitida a reprodução, citação ou referência com fins informativos não comerciais,  
desde que expressamente citada a fonte**

